

## ANEXOS

## Anexo A - O rosto da transparência (17/5/2012)

6

Política

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2012

politica@zerohora.com.br (51) 3218-4395

Editora: Dione Kuhn – dione.kuhn@zerohora.com.br

Produtora: Vanessa Scalei – vanessa.scalei@zerohora.com.br

ZEROHORA.COM

> No Blog Livre Acesso, saiba mais sobre a lei. Entre em [www.zerohora.com/livreacesso](http://www.zerohora.com/livreacesso)

## DIA DE ESTREIA

## O rosto da lei da transparência

Professora aposentada esteve entre os primeiros moradores da Capital a exigir informações por meio de legislação de acesso

JULIANA BUBLITZ

Maria Valdelicia de Almeida Vidal, a dona Val, 60 anos, saiu de casa decidida. Com a bolsa embaixo do braço e a persistência de quem não desiste nunca, a professora aposentada cruzou Porto Alegre disposta a fazer um pedido. E conseguiu.

Dona Val foi uma das primeiras moradoras da Capital a solicitar dados por meio da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor ontem, no Brasil.



A nova regra obriga os órgãos públicos e ONGs que recebem recursos governamentais a abrir as portas de seus arquivos para a população. Marcado por dúvidas e ajustes de última hora, o primeiro dia foi um teste para o que vem pela frente.

Ao todo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Assembleia, Palácio Piratini e a prefeitura da Capital contabilizaram pelo menos 60 requisições presenciais até o fim da tarde de ontem. Entre elas, o questionamento de dona Val.

Mãe de dois filhos, cearense e “gaúcha de coração”, Val quer saber quanto a gestão municipal investiu em reparos na sua rua, a Fernando Pessoa, no bairro Jardim Vila Nova. Motivo: desde o último verão, ela diz que a via sofre com alagamentos e se transforma em uma piscina barrenta a cada temporal, mesmo depois de ter recebido obras de drenagem.

– Na última chuvada, juntou tanta água que dava pra tomar banho – conta a ex-professora de matemática.

Em busca de alento, dona Val procurou a Assembleia, que não tinha a resposta. Lá, foi orientada a procurar o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da prefeitura. Chegando ao local, na Rua Siqueira Campos, sequer precisou esperar na fila – a sala estava quase vazia, silenciosa como uma igreja.

– Quero fazer um pedido – anunciou a recém-chegada, em tom solene. A solicitação foi registrada no computador por uma atendente. Como a moça ficou em dúvida, outros dois servidores se aproximaram para ajudar. Formou-se um princípio de burburinho. Dona Val nem piscou.

– É que tudo é muito novo. Esse é apenas o terceiro pedido do dia – explicou um dos envolvidos, esforçando-se para ajudar.

Quinze minutos se passaram, dona Val finalmente conseguiu o que queria. Saiu com cópia do requerimento na mão e a sensação de dever cumprido.

juliana.bublitz@zerohora.com.br



Incomodada por alagamentos constantes na sua rua, dona Val (D) procurou a prefeitura para questionar os gastos em consertos

ENTREVISTA Dona Val Professora aposentada

## “Se todo mundo fizesse isso, o Brasil seria melhor”

Maria Valdelicia de Almeida Vidal, a dona Val, é uma dessas pessoas que não se cansam nunca.

Ela diz que já virou figura conhecida nas repartições da prefeitura da Capital, porque vive “fazendo reclamações” e exigindo melhorias no bairro Jardim Vila Nova, onde vive.

Com a nova lei, a professora aposentada espera que outras pessoas sigam o exemplo e façam valer as novas regras. Confira:

**Zero Hora – Por que a senhora quer saber quanto a prefeitura gastou em obras na sua rua?**

**Dona Val –** Porque é um direito que qualquer pessoa tem. O serviço teve de ser feito. Eu reclamei várias vezes e sei que, quando voltar a chover forte, vai dar problema e inundar a rua outra vez. Quero saber quanto gastaram, porque esse dinheiro não foi bem investido. Isso precisa mudar.

**ZH – Com a nova lei, a senhora acredita que vai conseguir saber o que quer?**

**Dona Val –** Acho que sim. Soube da lei pela TV e resolvi me mexer. O pessoal na prefeitura até já me conhece, porque vivo fazendo reclamações. Só assim as coisas melhoram.

**ZH – O que a senhora achou do atendimento dado pela prefeitura no primeiro dia da lei?**

**Dona Val –** Fui bem atendida. O pessoal foi rápido, e parece que o sistema funciona bem. Mas me disseram que talvez eu não consiga saber detalhes, por causa do modelo de contratos da prefeitura. Vou esperar para ver no que dá. Se não conseguir, vou adiante.

**ZH – A senhora pretende fazer novos pedidos de informações ao poder público?**

**Dona Val –** Sim. Se todo mundo fizesse isso, o Brasil seria melhor. As pessoas têm de cobrar, têm de ficar em cima. Muita gente deixou de acreditar no poder público, mas eu não desisto nunca.



Obras não impediram acúmulo de água na Rua Fernando Pessoa

## Resposta em até 30 dias

O pedido da dona Val foi protocolado às 11h50min de ontem, e a promessa da prefeitura é cumprir rigorosamente a lei. Em no máximo 30 dias (20 no prazo normal, que poderão ser prorrogados por mais 10), ela deverá receber uma resposta.

– Não sei se teremos a informação exatamente da forma como a requerente quer, mas vamos fazer o possível para atendê-la – garantiu o coordenador-geral do Centro Administrativo Regional, Rodrigo Kandrik.

Dona Val será avisada por meio de correspondência. Se preferir, poderá acompanhar o andamento pelo site [www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br) e pelo telefone 156.

Até o fim da tarde de ontem, a prefeitura havia recebido 31 pedidos – seis deles de forma presencial e o restante pela internet ou por telefone.

O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.

SEGUE NA PÁGINA 8 &gt;



## Anexo B - Falta de sinalização marca primeiro dia da nova lei (17/5/2012)

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2012

Política 8

# Falta de sinalização marca primeiro dia de nova lei

EDUARDO NUNES

Na estreia da Lei de Acesso à Informação, os órgãos públicos em Porto Alegre ainda tentavam se adequar às exigências da legislação.

Entre as dificuldades, estava a falta de sinalização dos pontos de atendimento.

ZH percorreu os principais órgãos públicos estaduais para avaliar os serviços oferecidos e as promessas feitas ao poder público em reportagem publicada no dia 29 de abril sobre o cumprimento da lei.

No saguão do Palácio da Justiça, não havia na manhã de ontem

qualquer indicativo visual de que o Judiciário tem um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). Os interessados deviam perguntar aos recepcionistas como fazer para chegar à sala, no segundo andar.

No Centro Administrativo do governo estadual, na Assembleia Legislativa e no Ministério Público, as salas de atendimento ficam no térreo, próximas às portarias. Mas no Legislativo e no MP faltava sinalização mais clara, mencionando a lei. Na Assembleia, a porta da Sala da Transparência não tem rampa para cadeirantes e três dos seis computadores ainda não estavam configurados.

Um ponto que pode provocar dificuldade no atendimento no Centro Administrativo é a obrigatoriedade do uso de e-mail para protocolar as solicitações. Se o cidadão não possui uma conta, funcionários auxiliam na criação do endereço, mas isso pode causar estranheza entre pessoas não habituadas a usar a internet.

Os órgãos melhor adaptados às regras eram o Tribunal de Contas, onde dois servidores auxiliavam os usuários em dois terminais de autoatendimento, e o MP, que conta com sala com cinco guichês.

eduardo.nunes@zerohora.com.br



Assembleia inaugurou ontem sala para atender nova legislação (acima). No final de abril, ZH mostrou promessas de órgãos públicos para cumprir lei

## O CUMPRIMENTO DAS REGRAS NA CAPITAL

					
	GOVERNO DO ESTADO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS
<b>ESPAÇO FÍSICO</b>	<b>O QUE É</b> Criação dos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC). São estruturas para atender e orientar o público, protocolar pedidos e informar sobre o andamento das solicitações				
	<b>A PREVISÃO INICIAL</b> Em 16 de maio, haveria uma central em funcionamento no saguão do Centro Administrativo (Av. Borges de Medeiros, 1.501), em horário comercial. Teria quatro atendentes e computadores para envio de pedidos (processo virtual). Bastaria preencher protocolo em <a href="http://www.acessoainformacao.rs.gov.br">www.acessoainformacao.rs.gov.br</a> .	Em 16 de maio, haveria um guichê de atendimento no andar térreo do prédio onde funciona a sede do Tribunal de Justiça, na Capital (Av. Borges de Medeiros, 1.565). Assim que entrasse no saguão, o cidadão veria a estrutura, que teria ao menos um funcionário	Uma sala localizada na entrada da Assembleia (que fica na Praça da Matriz), onde já havia computadores para inclusão digital, seria transformada na "Sala da Transparência", com atendimento especial.	A Ouvidoria do Ministério Público na Capital (Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80), com seis servidores e um promotor, passaria a receber as demandas da nova lei a partir de 16 de maio, de segunda a sexta-feira.	Em 16 de maio, estaria em funcionamento um guichê junto à Ouvidoria, no terceiro andar do prédio (Rua Sete de Setembro, 388). A estrutura contaria com o atendimento dos 10 funcionários que atuam no local.
	<b>O QUE FOI ENTREGUE</b> Uma sala de atendimento, que também recebe outros tipos de demanda, está funcionando na entrada do Centro Administrativo, com computadores à disposição dos cidadãos e funcionários para orientar o uso do sistema. O serviço funciona das 8h às 18h.	A sala de atendimento acabou sendo instalada no segundo andar do Palácio da Justiça, que fica na Praça da Matriz, e funciona das 8h às 18h.	Na sala, onde também é permitido o uso gratuito à internet, três dos seis computadores que serão destinados à solicitação de informações já estavam disponíveis, com a orientação de uma funcionária. O atendimento é das 8h30min às 18h30min.	Uma sala de atendimento com cinco guichês, que também são responsáveis por receber outras demandas do público, funciona das 8h às 18h e permite, além do atendimento presencial, a abertura de protocolos por telefone.	Dois computadores para autoatendimento foram instalados no saguão de entrada. Dois funcionários da Ouvidoria atuam no esclarecimento de dúvidas dos cidadãos.
	GOVERNO DO ESTADO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS
<b>ESTRUTURA VIRTUAL</b>	<b>O QUE É</b> A lei determina que os órgãos e entidades públicas (exceto em municípios de até 10 mil habitantes) serão obrigados a manter as informações atualizadas na internet e a estabelecer um canal virtual de atendimento.				
	<b>A PREVISÃO INICIAL</b> Prometia ampliar a transparência por meio de um hotsite específico sobre o tema. O hotsite ainda receberia dados abertos e, entre outras ferramentas, o protocolo virtual para o envio de pedidos.	O Judiciário já contava com um portal, mas a promessa era tornar a página "mais amigável", para atender às exigências da nova lei. O site teria destacados itens de relevância para o cidadão, como a ferramenta de busca, e haveria uma preocupação em evitar um visual poluído.	O portal já recebeu prêmios nacionais por dar exemplo no quesito transparência. Com a nova lei, a promessa era manter a qualidade e atender às novas determinações. Entre elas, a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência, que deve ser implantada a partir de 2013.	No dia 16, o MP lançaria um novo site para facilitar o acesso a dados de transparência que já estavam no endereço antigo. Constam dados sobre receita, gastos, prestação de contas e licitações. Também haveria um formulário para solicitar as demandas por informação.	O TCE já disponibilizava um portal ( <a href="http://www.tce.rs.gov.br">www.tce.rs.gov.br</a> ) com acesso a informações de todos os tipos, como diárias, vencimentos, dados municipais e um mapa de indicadores que dá uma radiografia completa do Estado. A promessa era aprimorar o site a partir da nova lei.
	<b>O QUE ESTÁ NO AR</b> O site ( <a href="http://www.acessoainformacao.rs.gov.br">www.acessoainformacao.rs.gov.br</a> ) apresenta as informações de forma clara, tem ícone de acesso direto ao formulário de solicitação de dados e já divulga informações em formato que permite cruzamentos e comparações.	O site ( <a href="http://www.tjrs.jus.br">www.tjrs.jus.br</a> ) mostra bem visível ícone para acesso direto ao formulário de requisição de informações, mas ele está separado do link que leva ao portal de transparência. Não há dados em formato que permita cruzamentos.	No site ( <a href="http://www.al.rs.gov.br">www.al.rs.gov.br</a> ), é difícil encontrar o caminho para a página de acesso às informações. O formulário de solicitação também é de difícil localização e exige que o solicitante declare ter mais de 18 anos. Dados das votações estão disponíveis em formato aberto.	No site ( <a href="http://www.mp.rs.gov.br">www.mp.rs.gov.br</a> ), o usuário encontra com facilidade o botão da seção de acesso a informações. Formulário de solicitação e link para o portal de transparência estão em pontos de fácil localização. Não há dados em formato aberto a cruzamentos e comparações.	O link do portal de solicitação de informações não aparece de maneira destacada em meio às seções, o que dificulta a localização. O formulário, além de não ter ícone de acesso rápido, não pode ser preenchido no portal. É preciso baixar um arquivo e enviá-lo por e-mail.



## Anexo C - Lei de acesso ainda patina (27/9/2012)

18 Política

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2012

VAI PEGAR?

## Lei de Acesso ainda patina

Negativa da Assembleia Legislativa em fornecer dados de CCs ilustra dificuldade do setor público em detalhar informações

ADRIANA IRION e RODRIGO MÜZELL

Quatro meses depois de entrar em vigor, a Lei de Acesso à Informação ainda está longe de ser cumprida com eficiência.

Atrasos, burocracia para registrar pedidos, pouca disposição de agentes públicos e falta de clareza nos critérios adotados para negar informações são alguns dos problemas.



Dos 104 pedidos feitos por Zero Hora desde o dia 16 de maio, quando a lei 12.527 começou a valer, apenas 44% foram respondidos de forma completa. As dificuldades se repetem em todas as esferas de governo, mas um caso verificado na Assembleia Legislativa ilustra como a lei ainda custa a ser respeitada.

Durante os últimos três meses, ZH tentou obter junto à Assembleia a lista dos funcionários com cargos em comissão (CCs) autorizados a trabalhar fora da sede do parlamento, assim como os locais onde cumprem suas funções. A lista não foi fornecida.

A administração da Assembleia, que gasta em torno de R\$ 6,8 milhões mensais com CCs, diz desconhecer quem pode atuar fora da Casa. Segundo a Mesa Diretora, apenas os gabinetes dos deputados e das bancadas têm a informação detalhada.

Mas quando ZH fez o pedido aos 55 gabinetes e às 11 bancadas, o presidente do parlamento, Alexandre Postal (PMDB), reagiu. Disse à reportagem que os parlamentares estavam "brabos" por terem sido demandados.

Apenas o gabinete do deputado Alexandre Lindenmeyer (PT) forneceu os dados: os parlamentares acabaram acertando que a Mesa responderia por todos. Com base na afirmação do superintendente de Comunicação Social da Assembleia, Marcelo Villas-Boas, de que "deputado individualmente não é parte para ser inquirido pela lei", Postal definiu:

– Não se pode impor a um deputado prazo para dar informação. Tem de pedir para a Casa. A Mesa vai responder dentro do nosso regramento.

Somente 20 dias depois, o superintendente-geral da Casa, Fabiano Geremia, enviou um e-mail em resposta, no qual não consta a informação solicitada. ZH recorreu e a Mesa Diretora, novamente, respondeu sem dizer os nomes dos CCs e onde trabalham. Na mensagem, Geremia sustenta que "as informações fornecidas foram completas, não tendo havido qualquer recusa a informações mantidas pela Administração deste Parlamento."

adriana.irion@zerohora.com.br  
rodrigo.muzell@zerohora.com.br

## Como os governos responderam aos pedidos de Zero Hora

Desde 16 de maio, quando a Lei 12.527 entrou em vigor, ZH fez 104 requerimentos aos órgãos públicos. Menos da metade foi respondida totalmente.



## AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

## Burocracia ao fazer o pedido

• **É preciso** se identificar para pedir dados, mas órgãos públicos vêm exigindo o preenchimento de um longo cadastro, com dados pessoais como endereço, telefone e CPF. A lei não determina todo esse detalhamento, e alerta: não pode haver exigências que inviabilizem o pedido.

## Dados parciais ou negados

• **A lei** determina que a transparência deve ser regra e o sigilo, exceção. Mas ocorre o inverso: é comum ter pedidos negados e, após entrar com recurso, as informações serem concedidas. Respostas insuficientes também foram normais entre os pedidos feitos pelo jornal: 18% do total.

## Critérios diversos para sigilo

• **Apesar de** a lei determinar que documentos sejam divulgados mesmo com informações sigilosas – desde que tarjadas –, não é o que ocorre. Por exemplo, a Infraero se negou a fornecer dados sobre o projeto da pista do Salgado Filho por haver informações protegidas no meio dos documentos.

## Falta de orientação em recursos

• **Apesar de** citar a possibilidade de recursos para informações negadas, as comunicações do governo estadual e da Assembleia não são claras sobre o caminho a ser seguido – por exemplo, qual é a autoridade máxima e como chegar até ela, para determinar a divulgação ou não da informação.

## Dois meses de vaivém na Assembleia

## EM 5 DE JULHO

Com base na Lei de Acesso à Informação, ZH fez o seguinte pedido à Assembleia Legislativa do Estado:

- **Quanto e** quais CCs têm autorização para cumprir expediente fora da sede do parlamento
- **De que** forma os CCs que trabalham fora da sede prestam contas dos serviços executados
- **Em que** local (endereço físico) deve prestar serviço cada um dos CCs autorizados a trabalhar fora da sede do parlamento
- **Quem é** a(s) pessoa(s) responsável por atestar a efetividade de cada um dos CCs autorizados a atuar fora da Assembleia



FERNANDO GOMES, RD

## EM 25 DE JULHO

• **A Assembleia** respondeu dizendo que a "informação de quais servidores especificamente necessitam realizar atividades fora da sede está descentralizada nos diversos órgãos da Casa".

## EM 31 DE JULHO

• **ZH redirecionou** o pedido aos 55 gabinetes parlamentares e às 11 bancadas.

## EM 1º DE AGOSTO

• **Durante entrevista** sobre a aprovação do controle de ponto eletrônico, o presidente da Casa, deputado Alexandre Postal (PMDB), reclamou do fato de ZH ter feito pedido diretamente aos deputados. Postal disse que a Mesa Diretora é que responderia pelos 55 deputados.

## EM 20 DE AGOSTO

• **A Mesa** Diretora respondeu, sem as informações solicitadas. ZH recorreu sete dias depois.

## EM 31 DE AGOSTO

• **O parlamento** respondeu ao recurso, novamente sem divulgar a informação solicitada, dizendo que a Mesa entendeu já ter fornecido os dados.

## No Exterior, início difícil

Mesmo com seis meses de prazo para preparar a implantação da Lei de Acesso à Informação, raros órgãos públicos brasileiros se organizaram para atender os cidadãos. Segundo especialistas, isso é comum: a mudança mais profunda a ser provocada é cultural.

– Uma lei não muda um hábito de 300 anos de idade, de o governo manter para si as informações – diz o norte-americano Charles Davis, diretor da Coalizão Nacional pela Liberdade de Informação e professor da Universidade do Missouri.

Nos EUA, as leis de liberdade de informação existem desde os anos 1970. Segundo Davis, o processo de implantação foi semelhante: no início, não havia estrutura, treinamento e disposição para fornecer dados.

Na Inglaterra, a pesquisadora da ONG Campaign for Freedom of Information, Katherine Gundersen, diz que, apenas com a contestação da imprensa e de organizações civis, foram definidas regras mais claras sobre o que é público e o que é privado, como no caso dos salários.

– Só com insistência da sociedade os governos foram repassando mais dados – conta a inglesa.

Segundo o especialista da FGV-SP Fabiano Angélico, em casos de dúvida, o espírito da lei deixa claro que a preferência é pela divulgação.

O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.

## Anexo D - Apesar de falhas, União quebra tabu (29/6/2012)

4

ZERO HORA SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2012

## Reportagem Especial

# SALÁRIO TRANSPARENTE

## Apesar de falhas,



Esperada desde maio, quando entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação, a divulgação da folha de pagamento dos servidores federais apresenta problemas, mas deve servir de modelo para órgãos de todo o país, inclusive no RS.

**A**o divulgar nomes e salários de 569,6 mil servidores ativos na internet, o governo federal quebrou um tabu com potencial para desencadear um efeito dominó em todos os órgãos públicos brasileiros.

Apesar disso, a adesão ainda deixa a desejar em Estados como o Rio Grande do Sul, e o sistema começou a operar com problemas: o acesso é burocrático, há dados incompletos e não é possível estabelecer ranking nem discriminar os números por Estado.

Se o cidadão tiver acesso, consegue descobrir quanto ganha um funcionário da União depois de dar seis cliques no site [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) – o ideal, segundo especialistas, seriam no máximo dois. Já é possível saber a remuneração bruta e líquida,

as deduções do Imposto de Renda e da Previdência e as gratificações – entre elas, os jetons. Mas as verbas indenizatórias ainda não estão disponíveis.

– A divulgação, por si só, é um avanço e merece elogios. Isso não significa que o sistema não precise melhorar – avalia a jornalista Marina Atoji, secretária executiva do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.

### Prefeitura divulga até terça-feira

Em resposta às críticas, a Controladoria-Geral da União (CGU) garante que os técnicos trabalham para aprimorar o banco de dados. Mesmo com deficiências, a iniciativa foi recebida com indignação nos corredores de órgãos federais e nas redes sociais.

No Twitter, multiplicaram-se comentários sobre a diferença entre o valor líquido pago à presidente Dilma Rousseff – de R\$ 19.818,49 – e a remuneração de alguns ministros. Contemplado com dois jetons de R\$ 8,2 mil cada, o titular da Fazenda, Guido Mantega, acaba recebendo mais do que a chefe – R\$ 36.297,94 líquidos.

Por tornar públicas situações como essa, a divulgação das folhas de pagamento ainda é motivo de controvérsia no Legislativo, no Judiciário e nos Executivos estaduais e municipais. Ontem, órgãos como os tribunais de Justiça e de Contas do Estado, a Assembleia e o Ministério Público continuavam sem data definida para revelar os contracheques.

– Estamos esperando que o Supremo Tribunal Federal tome a frente e estabeleça critérios – explicou o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga.

Somente o Palácio Piratini e a prefeitura da Capital apresentaram prazos. No caso do primeiro, a promessa é abrir os arquivos até o fim do ano. A demora é justificada por “dificuldades técnicas”. No caso do Paço Municipal, o compromisso é mais enfático. Disposto a seguir à risca a iniciativa da União, o prefeito José Fortunati disse ter determinado a publicação até a terça-feira:

– Entendemos que é um direito do contribuinte. Afinal, é ele quem paga o nosso salário.

Participaram desta reportagem Erik Farina, Francisco Amorim e Juliana Bublitz

### Como pesquisar

Confira o passo a passo para acessar os vencimentos de servidores públicos federais.

Entre no site [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
Clique em “servidores”.



Em seguida, escolha um dos cinco filtros. Se quiser saber o salário da presidente Dilma Rousseff, por exemplo, clique na busca “por nome ou CPF”, depois, “consultar”.



Abrair nova tela, com os 569.617 mil servidores identificados por ordem alfabética. Ao pé da página, onde diz “pesquisar”, escreva o nome completo da presidente (Dilma Vana Rousseff) e dê ok.



Quando aparecer o resultado da pesquisa, basta clicar sobre o nome apresentado para abrir a ficha.



No canto superior direito, você encontrará o botão “Remuneração”, que dá acesso aos valores.



### A promessa dos poderes no Estado

O que dizem os principais órgãos do Estado:



#### PALÁCIO PIRATINI

• **Promete divulgar** os dados até o fim do ano. Diz que não fez isso ainda, porque “está trabalhando para disponibilizar” o material. Segundo a subchefe de Ética, Juliana Foergeres, a demora é fruto de “dificuldades técnicas”.



#### TRIBUNAL DE CONTAS

• **O órgão promete** divulgar os salários, mas espera que o STF tome a frente para, com base nisso, estabelecer os parâmetros a serem adotados. Por enquanto, não há prazo definido para a divulgação.



#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

• **O presidente Alexandre Postal** garante que a Assembleia está “com tudo pronto”, mas diz que o tema só será discutido na mesa diretora na próxima terça-feira. Por enquanto, não há data definida para a divulgação.



#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

• **Continua sem um cronograma** definitivo para a publicação dos dados. Segundo o presidente do Conselho de Comunicação, desembargador Túlio Martins, ainda está em discussão de que forma a medida será cumprida.



#### MINISTÉRIO PÚBLICO

• **O procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga**, informou que o órgão só divulgará seus salários depois que o STF tomar a frente. O mesmo modelo da Suprema Corte, conforme Veiga, será adotado pelo MP.



#### PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

• **O prefeito José Fortunati** assinou ontem ordem de serviço determinando a publicação dos dados no portal da prefeitura, no máximo, até terça-feira. Diz que esperava o modelo da União ou do STF para cumprir a promessa.

O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.



# União quebra tabu

## Presidente

### DILMA ROUSSEFF

Remuneração básica bruta	26.723,13
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.473,86
Previdência Oficial	430,78
Remuneração após deduções obrigatórias	19.818,49
Verbas indenizatórias	(*)

\* Dados de verbas indenizatórias serão publicados a partir de 30 de agosto de 2012

## Ministros gaúchos

### ALEXANDRE TOMBINI (BANCO CENTRAL)

Remuneração básica bruta	26.723,13
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.648,19
Previdência Oficial	2.939,54
Remuneração após deduções obrigatórias	18.135,40

### MARCO ANTÔNIO RAUPP (CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Remuneração básica bruta	48.023,82
Abate Teto	21.279,11
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.152,02
Previdência Oficial	1.305,45
Remuneração após deduções obrigatórias	20.287,24
JETONS	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	3.069,26

### MARIA DO ROSÁRIO (DIREITOS HUMANOS)

Não divulgado	
Motivo: recebe pelo órgão de origem, no caso, a Câmara dos Deputados	
Salário de deputado	26.723,13

### MENDES RIBEIRO (AGRICULTURA)

Não divulgado	
Motivo: recebe pelo órgão de origem, no caso, a Câmara dos Deputados	
Salário de deputado	26.723,13

### PEPE VARGAS (DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO)

Não divulgado	
Motivo: recebe pelo órgão de origem, no caso, a Câmara dos Deputados	
Salário de deputado	26.723,13

### TEREZA CAMPELLO (DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

Remuneração básica bruta	26.723,13
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.473,86
Previdência Oficial	430,78
Remuneração após deduções obrigatórias	19.818,49
JETONS	
Petrobras Biocombustível S.A. (PBI/O)	4.752,90

## Cargos de chefia no RS têm média de R\$ 15 mil

O salário médio dos representantes máximos dos órgãos federais no Rio Grande do Sul é de R\$ 15.162,38, ou 21,6 vezes acima do piso do salário mínimo regional (R\$ 700).

Alguns salários brutos ultrapassam a casa dos R\$ 20 mil ao mês e se aproximam do teto constitucional, caso dos titulares da Superintendência Regional da Receita Federal, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Superintendência da Polícia Federal no Estado.

O levantamento de ZH considerou os cargos máximos federais lotados no Rio Grande do Sul, excluindo aqueles vagos e as ramificações de departamentos, delegacias ou agências em cidades, com base no Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal (<http://siorg.gov.br/index.htm>).

O site, entretanto, é desatualizado: dá como vago, por exemplo, o cargo de reitor na Universidade Federal de Pelotas, na realidade ocupado por Antônio Cesar Gonçalves Borges, com salário de R\$ 20.352,18.

Quem tentou ontem descobrir o salário de um servidor federal encontrou uma série de dificuldades. Se a intenção, por exemplo, é verificar qual o maior salário em um órgão federal, a missão é perdida, pois o site disponibiliza apenas uma lista em ordem alfabética dos nomes dos integrantes do quadro funcional. Para ter acesso a essa informação, é preciso clicar em cada um dos nomes.

Mesmo que queira saber apenas o salário de um servidor específico, é preciso estar munido do seu nome completo. Se o cidadão digitar Dilma Rousseff, não encontrará informações sobre a presidente. Para isso terá de digitar Dilma Vana Rousseff. Para driblar a falha, o cidadão pode procurar pelo sobrenome. O problema é quando o servidor carrega um sobrenome mais comum.

Algumas instituições não estão na lista. O sistema não dá acesso aos salários de militares nem de funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista. No caso dos militares, os dados devem ser disponibilizados até 30 de julho.

## Acima do teto

### CELSONO AMORIM (DEFESA)

Remuneração básica bruta	51.549,03
Abate-teto	24.825,88
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.871,27
Previdência Oficial	984,89
Remuneração após deduções obrigatórias	19.866,99

OBS: o ministro também é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diplomata aposentado

### ELEONORA MENICUCCI (SECRETARIA DA MULHER)

Remuneração básica bruta	80.860,24
Abate-teto	14.137,10
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.340,35
Previdência Oficial	916,25
Remuneração após deduções obrigatórias	59.466,54

OBS: a ministra também é professora da Universidade Federal de São Paulo

### IZABELLA TEIXEIRA (MEIO AMBIENTE)

Remuneração básica bruta	38.551,78
Abate-teto	11.828,84
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.344,29
Previdência Oficial	901,92
Remuneração após deduções obrigatórias	19.476,93

OBS: a ministra também é analista do Itambé

### PAULO PASSOS (TRANSPORTES)

Remuneração básica bruta	44.100,75
Abate-teto	17.377,80
DEDUÇÕES OBRIGATORIAS	
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.273,79
Previdência Oficial	1.158,30
Remuneração após deduções obrigatórias	19.291,06
JETONS	
Companhia das Docas da Bahia - CODEBA	1.812,25

Os vencimentos dos ministros do STF correspondem ao teto do serviço público federal, que vale também para os Poderes Executivo (salário da presidente, do vice e dos ministros) e Legislativo (de deputados federais e senadores). Hoje, o teto é de

## R\$ 26.723,13

## O que são jetons

• São valores pagos em razão da participação de servidores como representantes da União em conselhos fiscais e de administração ou em órgãos equivalentes de empresas controladas direta ou indiretamente pelo governo federal.

## Transparência no RS

### Remuneração das autoridades máximas nos órgãos federais no RS.

INSTITUIÇÃO	SERVIDOR	CARGO	SALÁRIO BRUTO
8º Distrito de Meteorologia	Solismar Damé Prestes	Coordenador	9.558,15
9º Sup. Polícia Rodoviária Federal	José Altair Gomes Benites	Superintendente	14.586,20
Advocacia-geral da União	Luís Alcobá de Freitas	Procurador regional	24.843,80
Centro Pesqueiro (Ceperg)	Gilmar Wasielewski Vieira	Chefe da unidade	13.731,89
Centro Tec. Eletrônica Avançada	Oylon Tricot da Silva	Presidente	*2.672,30
Centro Reg. de Treinamento da Esaf	José Mauricio Queiroz	Diretor Regional	21.057,82
Conab	Carlos Manoel Farias	Superintendente	**
Controladoria Reg. da União	Fábio Valgas da Silva	Chefe	22.584,70
Coordenação de Vigilância Sanitária	Mauda Vess Rocha	Coordenador	15.508,14
Delegacia de Desenvolvimento Agrário	Nilton Pinho de Bem	Delegado	6.698,78
DNIT	Vladimir Casa	Superintendente	18.013,97
Trensurb	Humberto Kasper	Presidente	*1.996,85
Fundacentro-RS	Maria Mucello	Diretora	14.250,81
Funai	Adir Reginato	Coordenador regional	4.042,06
Fund. Universidade Ciências da Saúde	Miriam da Costa Oliveira	Diretor	19.683,74
Fund. Universidade do Rio Grande	João Carlos Brahm Cousin	Reitor	*** 27.306,88
Grupo Hospitalar Conceição	Carlos Eduardo Nery Paes	Diretor-superintendente	****
Infraero	Carlos Alberto Souza	Sup. do Salgado Filho	****
Inst. Brasileiro do Meio Ambiente	João Pessoa Moreira Junior	Superintendente regional	12.849,60
Inst. Educ., Ciência e Tec. (IF-RS)	Cláudia Soares de Souza	Reitor	11.070,44
Inst. Educ., Ciência e Tec. (IFSul)	Antônio Carlos Barum Brod	Reitor	12.432,09
Ministério das Relações Exteriores	Claudio do Couto Lyra	Chefe	****
Polícia Federal - Sup. Regional	Rosalvo Ferreira Franco	Superintendente	22.125,05
Procuradoria-Geral da Fazenda	José Diogo Cyrillo da Silva	Procurador regional	23.557,25
Sup. Regional da Receita Federal	Paulo Renato Silva da Paz	Superintendente	23.557,25
Superintendência Regional do Inara	Roberto Ramos	Superintendente	11.886,13
Superintendência Reg. do Trabalho	Cláudio Correa da Silva	Superintendente	****
Unidade Estadual do IBGE	José Braga de Almeida	Chefe	9.127,95
Universidade Federal de Santa Maria	Felipe Martins Muller	Reitor	19.376,90
Universidade do Pampa (Unipampa)	Ulnika Arns	Reitora	13.357,20
Universidade Federal do RS (UFRGS)	Carlos Alexandre Netto	Reitor	18.536,76

\* Celista, não aparece remuneração, só jetons \*\* Celista \*\*\* Há redutor para o valor ficar no teto \*\*\*\* Não consta no site